

Panorama Legislativo - Congresso Nacional - MAIO/2012

04 de junho de 2012

*Lucas Lucchesi **

Contribuições: Tathiana Sales

No mês de **maio** foram apresentadas 252 proposições¹ na Câmara dos Deputados e 194 no Senado Federal, totalizando 446 nas duas Casas. No que se refere aos temas dessas matérias, foi notória a quantidade relacionada a Bebidas, Defesa do Consumidor, Energia Elétrica e Fontes Alternativas de Energia, Impostos & Política Econômica, Indústria Química, Meio Ambiente, Telecomunicações e Relações Trabalhistas.

No início do período em questão, foi sancionado parcialmente pela Presidente da República, dando origem à Lei 12.619/2012, o PL 0099/2007 (PLC 0319/2009), do ex-deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS), que dispunha sobre o exercício da profissão de Motorista. Além disso, foi aprovada pelo Senado Federal e, posteriormente, sancionada pela Presidente da República, originando a Lei 12.655/2012, a MPV 0552 (PLV 0009/2012), que reduziu as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS de massas alimentícias, farinha de trigo, pré-mistura própria para pão.

Quanto aos trabalhos no Senado Federal, foi aprovado no início do mês o PLC 0010/2012 (PL 2330/2012) que tratava sobre Lei Geral da Copa. O texto votado pelo Senado manteve regra aprovada na Câmara dos Deputados, que suspende, durante o período da Copa do Mundo e da Copa das Confederações, a validade de trecho do Estatuto do Torcedor que veta a venda de bebidas alcoólicas em estádios brasileiros, sendo essa uma exigência da Federação Internacional de Futebol (FIFA) em razão de acordos com patrocinadores do Mundial. O texto aprovado pelo Congresso Nacional não libera expressamente a venda de bebidas - somente retira a proibição prevista no Estatuto do Torcedor.

Importa apontar, ainda, que o Senado Federal aprovou as Medidas Provisórias (MPV): 0554 (PLV 0011/2012), que autoriza a União Federal a Conceder subvenção econômica para produtores independentes de cana-de-açúcar; 0553, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, 0555/2011(PLV 0007/2012), que autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP); e a MPV 0558/2012 (PLV 0012/2012) que dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia. Sendo assim, as matérias seguiram para sanção presidencial.

Na Câmara dos Deputados, pode-se destacar a aprovação do PL 2793/2011 - que tratava sobre a tipificação criminal de delitos informáticos -, bem como o recebimento, no início do mês, das MPV's 567, que estabelece regras para a desindexação da economia; 568, que altera as gratificações e adicionais dos servidores que menciona; 569, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 570, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e, destacadamente, a MPV 571/2012, que altera o Código Florestal. Ademais, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), já foram instaladas as comissões mistas que analisarão as MPV's.

¹ Foram consideradas como proposições: Projeto de Lei (PL e PLS), Projeto de Lei Complementar (PLP), Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Decreto Legislativo (PDC e PDS) e Projetos de Resolução (PRC e PRS).

Em relação ao Código Florestal, no início do mês, o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados foi recebido pela Presidência da República que lançou mão do prazo constitucional para emitir os vetos ao projeto. Foram, ao todo, 12 vetos implicando 32 mudanças no texto aprovado pela Casa no mês de abril. O Governo afirmou que as mudanças objetivam, em geral, anular a anistia a desmatadores, beneficiar o pequeno produtor e favorecer a preservação ambiental. Vale ainda apontar que, com vistas a evitar lacunas na legislação ambiental, o Planalto editou a MPV 0571/2012, que recuperou em seu bojo boa parte do texto aprovado pelo Senado.

Por fim, um dos assuntos com bastante repercussão jornalística durante o mês diz respeito aos trabalhos da CPMI do Cachoeira. Na sequência das investigações foi convocado para depor perante a Comissão o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, que, durante a audiência, recorreu ao direito constitucional de permanecer calado, alegando que prestará esclarecimentos à CPMI somente após sua audiência judicial. Nessa mesma linha, quando convocado para prestar depoimento à Comissão, o senador Demóstenes Torres (GO) disse que não responderia às perguntas feitas pelos parlamentares, esclarecendo que seu advogado solicitou ao Conselho de Ética a gravação de seu depoimento e as notas taquigráficas para entregá-las aos integrantes da CPMI. Ainda nesse tocante, destacam-se as recentes denúncias feitas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, de que teria sido pressionado pelo ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, a atrasar o julgamento do “mensalão” em troca de blindagem nas investigações da CPMI do Cachoeira, em que seu nome é citado em alguns dos grampos feitos pela Polícia Federal.

Lucas Lucchesi é graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), e trabalha na área de Relações Governamentais desde 2011.